



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas / Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEF/SISEMA

Comitê Executivo do Programa Bolsa Verde
Secretaria Executiva

Ata da 24ª Reunião do Comitê Executivo do Programa Bolsa Verde

1. Aos quatro dias do mês de abril de 2012, realizou-se, na Sala de Reuniões 07, 3º
2. andar do Edifício Gerais, Cidade Administrativa de Minas Gerais, localizada à Rodovia
3. Prefeito Américo Gianetti, s/n, Serra Verde, Belo Horizonte, Minas Gerais, a 24ª
4. Reunião Ordinária do Comitê Executivo do Programa Bolsa Verde (CEBV), onde
5. estiveram presentes os membros do colegiado ou seus representantes oficiais,
6. Eduardo Antônio Arantes do Nascimento (Fetaemg), Enio Resende de Souza
7. (Emater), Ennia Rafael de Oliveira Guedes (Faemg), Jefferson Penellas Amaro (IEF),
8. Rogério Lellis Barbosa (Iter) e Túlio Bahia Alves (Igam), pela Secretaria Executiva do
9. Programa Bolsa Verde (SEBV), Eduardo Martins (IEF), Fernanda Teixeira Silva (IEF),
10. Leonardo Diniz Reis Silva (IEF) e Maria das Graças de Barros Rocha (IEF), e, como
11. convidados, Guilherme da Silva Oliveira (Faemg) e Leonardo de Castro Teixeira (IEF).
12. Instituições ausentes: SEERF.
- 13.
14. O Presidente do Comitê Executivo do Programa Bolsa Verde, Jefferson Penellas
15. Amaro, abriu a Reunião e concedeu sua condução à Secretaria Executiva do
16. Programa Bolsa Verde iniciá-la com a apresentação sobre o panorama atual do
17. Programa. Leonardo Diniz trouxe a informação a respeito do número de propostas e
18. solicitantes que deram entrada em suas demandas tanto em 2010 como em 2011, a
19. situação dos benefícios solicitados em 2010 e aprovados no ano seguinte (se
20. empenhadas, empenhadas e pagas, aguardando empenho e pagamento ou
21. desistentes/excluídos) e a análise das propostas apresentadas em 2011 (analisadas –
22. total – e analisadas pelo mutirão).
- 23.
24. Fernanda Teixeira prosseguiu o ponto com a atualização das fragilidades do processo
25. de análise técnica, destacando a dificuldade enfrentada para a formalização das
26. propostas. Ela colocou em discussão a aceitabilidade da Declaração de Posse,
27. considerando-se alguns casos em que os beneficiários encaminharam essa espécie
28. de título dominial referente a parte ou integralidade de área que eles mesmos já
29. haviam enviado a certidão de matrícula ou escritura pública de compra e venda.
- 30.
31. Rogério Lellis ponderou que esse tema deva ser tratado com cautela, uma vez que o
32. Iter somente trabalha a regularização fundiária de áreas pleiteadas em terras
33. devolutas, ou seja, áreas cujo proprietário é o Estado e que têm sido utilizadas como
34. fonte de subsistência por indivíduos há um tempo significativo, o que, para ele, é o
35. único entendimento para posse. Ele destacou que essa possibilidade difere do
36. usucapião, que é o pleito por dominialidade de áreas pertencentes a pessoas físicas
37. ou jurídicas que não façam parte do Estado.
- 38.
39. Eduardo Antônio se posicionou a favor da continuidade da aceitação da Declaração
40. de Posse, uma vez que esse seria o primeiro documento providenciado pelo
41. interessado visando a obtenção do Título de Posse, nos casos citados por Lellis. Além
42. disso, ele afirmou que um outro instrumento que reforçaria a segurança a respeito dos
43. documentos recebidos seria a realização de visitas a tais posses no momento do
44. pleito ou da reistoria e a busca pela identificação, na área, de características como
45. cercamento e, principalmente, do trecho utilizado agrícola ou pecuariamente para sua
46. sobrevivência. Esse entendimento foi anuído pela plenária e continuará a ser adotado
47. pela Secretaria Executiva do Programa Bolsa Verde (SEBV).
- 48.
49. Em seguida, Maria das Graças Rocha apresentou o resultado dos dois mutirões



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas / Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEF/SISEMA

Comitê Executivo do Programa Bolsa Verde
Secretaria Executiva

50. realizados, com a presença de técnicos dos Escritórios Regionais do IEF, objetivando
51. a aceleração do processo de análise técnica. Segunda a Gerente de Incentivos
52. Econômicos à Sustentabilidade, elaboraram-se 312 Notas Técnicas de um total de
53. 1.020 previstas até o final do processo, realizadas por 9 profissionais que
54. permaneceram, em média, duas semanas na capital mineira para a execução dessa
55. atividade.

56.
57. A perspectiva orçamentária do BV foi trazida à baila por Jefferson Amaro, que afirmou
58. que os recursos orçamentários e financeiros para a conclusão dos pagamentos da
59. primeira parcela dos beneficiários de 2010 e a efetuação dos pagamentos da 2ª
60. parcela estavam assegurados e que os esforços estavam sendo envidados, para em
61. breve, poder ser assegurados os recursos para o pagamento dos beneficiários de
62. 2011, cujas propostas ainda se encontram em análise técnica.

63.
64. O segundo ponto da pauta, a discussão e deliberação acerca das solicitações visando
65. à celebração de Termo de Cooperação Técnica com o IEF para ampliação da
66. capacidade operacional do Programa Bolsa Verde, também foi apresentado por
67. Leonardo Diniz. O Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
68. (EPPGG) da SEBV explanou sobre a proposta enviada pela Prefeitura Municipal de
69. Itamonte, que manteve convênio com o IEF durante três anos para a implementação
70. do Programa de Proteção da Mata Atlântica de Minas Gerais (Promata). De acordo
71. com ele e com a Nota Técnica elaborada acerca da proposta, a recomendação para
72. tal solicitação foi favorável e acrescentou que, ainda antes da celebração do Termo, a
73. instituição já vinha contribuindo para a consecução do Programa. Com base nessa
74. recomendação, a plenária deliberou favoravelmente ao estabelecimento da parceria.

75.
76. O terceiro ponto tratado na reunião, “discussão e deliberação acerca da Portaria
77. sobre o encerramento de recursos relativos às propostas apresentadas em 2010 e
78. aprovadas” foi apresentado por Leonardo Diniz, que afirmou tratar-se de um
79. procedimento visando a concluir os pagamentos processos desse ano. Com a citada
80. portaria, seria encerrado o prazo para apresentar recursos às deliberações do Comitê
81. Executivo a essas solicitações e as únicas ações a serem tomadas concernentes a
82. esse ano seriam as visitas técnicas a serem feitas pelo IEF e pelas instituições
83. parceiras visando ao pagamento da 2ª parcela. Colocado em discussão e
84. deliberação, a proposta também foi aprovada.

85.
86. A “discussão e deliberação acerca do cronograma do Programa Bolsa Verde 2012,
87. incluindo prazos para revisão do ‘Bolsa Verde – Manual de Princípios, Critérios e
88. Procedimentos para implementação da Lei Estadual 17.727, 13 de agosto de 2008’,
89. aprovação pelo CEBV e pela CPB/Copam e vistoria das áreas de cobertura vegetal
90. nativa apresentadas em 2010 e aprovadas em 2011” entrou na pauta. Na prática, foi
91. apresentado o cronograma para a conclusão dos trabalhos relativos às propostas
92. apresentadas em 2011, que foi deliberado pela plenária e aprovada, passando a
93. seguir de referência para a continuidade dos trabalhos em andamento até dezembro
94. do corrente ano.

95.
96. Por fim, Eduardo Martins atualizou os membros do Comitê a respeito do Grupo de
97. Trabalho constituído na Diretoria de Desenvolvimento e Conservação Florestal
98. (DDCF), composto majoritariamente por membros da Secretaria Executiva do
99. Programa Bolsa Verde (SEBV), para a discussão sobre a implementação da
100. modalidade de recuperação da cobertura vegetal nativa do Programa Bolsa Verde.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas / Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEF/SISEMA

Comitê Executivo do Programa Bolsa Verde
Secretaria Executiva

101. Dentre outras observações relevantes, Martins afirmou que as conversações estariam focadas nas formas de recuperação a ser adotadas, atualmente discriminadas no
102. “Bolsa Verde – Manual de Princípios, Critérios e Procedimentos para a
103. Implementação da Lei Estadual 17.727, de 13 de agosto de 2008”, quais sejam, a
104. regeneração natural com ou sem cercamento, o enriquecimento com espécies nativas
105. com ou sem cercamento e o plantio total.
106.

107.
108. Além disso, Martins trouxe também para discussão duas solicitações de recurso às
109. deliberações do CEBV que haviam sido analisadas pela SEBV e possuíam
110. recomendação para deliberação. A plenária deliberou que seria mais prudente
111. receber todos os recursos ainda existentes, a serem apresentados no prazo
112. estabelecido pela minuta de Portaria IEF a qual eles haviam discutido nessa mesma
113. reunião, e quando todos estivessem recomendados pela Secretaria Executiva seriam
114. apreciados pelo colegiado.
115.

116. Discutidos esses assuntos, Jefferson Amaro agradeceu a participação dos presentes
117. e encerrou a reunião.
118.

119. Lavrado Por: _____
120.

121. Com comum acordo dos presentes:
122.
123. Eduardo Antônio Arantes do Nascimento _____
124. Eduardo Martins _____
125. Enio Resende de Souza _____
126. Ênnia Rafael de Oliveira Guedes _____
127. Guilherme da Silva Oliveira _____
128. Jefferson Penelas Amaro _____
129. Leonardo Diniz Reis Silva _____
130. Leonardo de Castro Teixeira _____
131. Maria das Graças de Barros Rocha _____
132. Rogério Lellis Barbosa _____
133. Túlio Bahia Alves _____
134. _____

135. _____

136. Belo Horizonte, 04 de abril de 2012.
137.
138.
139.
140.
141.
142.
143.
144.
145.
146.
147.
148.
149.
150.
151.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas / Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEF/SISEMA

Comitê Executivo do Programa Bolsa Verde

Secretaria Executiva

152.

153.

154.

155.